



Congresso recebe do governo pacote de projetos anticorrupção

Anúncio das propostas foi feito ontem pela presidente Dilma Rousseff, em solenidade no Palácio do Planalto. Na avaliação de senadores aliados, medidas são necessárias. Para opositores, são “inócuas e paliativas”

Pacote de medidas enviado ao Legislativo é resposta do Executivo aos recentes escândalos de corrupção. Entre as propostas, estão a tipificação do caixa dois como crime e o confisco de bens adquiridos com dinheiro ilícito. A presidente Dilma Rousseff afirmou que as propostas “fortalecem a luta contra a impunidade”,

que é responsável pela “reprodução da corrupção”. Senadores lembraram que parte das medidas do pacote já está prevista em projetos de lei que tramitam no Congresso e que alguns deles até foram aprovados no Senado. Segundo senadores governistas, a ideia da presidente é que esses projetos que já existiam passem a tramitar com urgência. **4 e 5**



Renan Calheiros se reúne com líderes dos partidos: decisão de fazer a reforma política avançar no Senado na terça-feira

Gastronomia pode alavancar turismo no país, diz ministro 3

Comissão de Infraestrutura terá Garibaldi à frente 6

Edison Lobão assume Comissão de Assuntos Sociais 6

Audidores fiscais criam programa de apoio ao Legislativo 7

Mulheres pioneiras de Brasília estão em mostra no Senado 2



Texto foi aprovado ontem em Plenário com 65 votos a favor e nenhum contrário

Proposta que amplia poder do TST vai à Câmara

Foi aprovado ontem pelos senadores texto que garante ao Tribunal Superior do Trabalho o mesmo tratamento de corte superior que a Constituição de 1988 determinou para o Superior Tribunal de Justiça. **3**

Especialistas divergem sobre Lei da Biodiversidade

Ouvidos ontem em debate no Senado, especialistas e líderes sociais apresentaram visões conflitantes sobre o projeto do novo Marco Legal da Biodiversidade. Indústrias, agronegócio e institutos de pesquisas veem vantagens na nova lei para alavancar a exploração econômica. Já os povos indígenas, quilombolas

e agricultores familiares apontam quebra de direitos e riscos à proteção dos recursos naturais. Relator da proposta na Comissão de Meio Ambiente, o senador Jorge Viana quer dar atenção especial ao que índios e comunidades têm a dizer sobre os pontos polêmicos. Hoje a CMA promove colóquio internacional sobre o tema. **8**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de lei do Senado



Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania

O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles. É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei





Vanessa Grazziotin, procuradora da Mulher no Senado, discursando na abertura da mostra no Congresso

Fotos: Geraldo Magela/Agência Senado

Exposição reconhece valor das pioneiras de Brasília

Nas vésperas do 55º aniversário da capital federal, mostra organizada pela bancada feminina põe em destaque as mulheres que nos anos 50 e 60 aceitaram o desafio de habitar a nova cidade

EM POUCOS METROS quadrados, a história de milhares de mulheres que aceitaram o desafio de morar em Brasília nos anos 50 e 60. A exposição *Memórias Femininas da Construção de Brasília* foi inaugurada ontem no Congresso, trazendo imagens das donas de casa, mães, cabeleireiras, lavadeiras e cozinheiras que deram o apoio necessário para a capital surgir.

Entre os objetos da mostra, estão uma radiola, uma TV antiga, uma central telefônica com cabos, uma incubadora de recém-nascido usada pelo Hospital São Vicente de Paulo, um ferro de passar a carvão e vestidos de gala, como um dos usados no primeiro baile de debutantes do Palácio da Alvorada, em 20 de dezembro de 1960.

A exposição é organizada pela bancada feminina do

Congresso, com apoio da Coordenação de Publicidade e Marketing, ligada à Secretaria de Comunicação do Senado. A curadora é Tânia Fontenele.

Na cerimônia de abertura, a ministra Ideli Salvatti (Direitos Humanos) disse que a mostra prova que, mesmo durante a construção da cidade, as mulheres estiveram presentes com seu olhar e sua marca.

Memória coletiva

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher no Senado, destacou que pouco se fala e se escreve sobre a vida das mulheres dessa época de Brasília. Ela também demonstrou preocupação com a perda dessa importante memória coletiva. Dirigindo-se às cinco pioneiras que compareceram à solenidade, disse:

— As pioneiras que aqui

estão representam a geração que pouco apareceu nas fotos daquela época. No entanto, nada teria acontecido sem vocês.

Como exemplo, Vanessa citou a foto de uma reunião política da qual só participaram homens. A única mulher presente é uma secretária que aparece de costas.

Entre as pioneiras presentes, estava Teresa Rollemberg, que é mãe do atual governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg.

Também compareceram à inauguração da exposição a senadora Simone Tebet (PMDB-MS), a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, e a diretora de Comunicação, Virgínia Galvez.

A mostra vai até 30 de maio, no Salão Negro do Congresso, e está aberta à visitação diariamente, das 9h às 17h30.

Venda de bebida a menores de idade agora é crime

Foi sancionada na terça-feira pela presidente Dilma Rousseff a criminalização da venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. De acordo com a Lei 13.106/2015, quem praticar essa conduta ficará sujeito a pena de detenção de dois a quatro anos e multa. Além disso, os estabelecimentos que descumprirem a proibição poderão sofrer multa de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil, com interdição do local até o pagamento.

A criminalização foi sugerida por Humberto Costa (PT-PE) no PLS 508/2011. O projeto foi aprovado em 2013 no Senado e em fevereiro deste ano na Câmara. Antes da Lei 13.106, a venda de bebida a menor era contravenção penal, punida com prisão simples de dois meses a um ano ou multa.

— Nossas crianças e adolescentes estavam expostos ao risco do álcool, hoje uma tragédia social. Não havia na legislação algo que previsse

punição severa para isso. Agora, temos um mecanismo efetivo, que apresentei e a presidenta Dilma sancionou. Isso aumenta a rede de proteção à infância e à juventude

brasileiras — disse o senador.

A proibição se estende a outros produtos que possam causar dependência física ou psíquica, se não houver justa causa para a venda.

Humberto Costa destaca em Plenário sanção da lei que criminaliza a prática

Humberto Costa (PT-PE) lembrou em Plenário que foi sancionada a lei de autoria dele que torna crime a oferta de bebidas alcoólicas a menores de 18



anos. Ele considera a medida um importante instrumento em favor da integridade de crianças e adolescentes.

Na opinião do senador, a Lei 13.1056/2015 corrige uma falha da legislação, que tratava a venda de bebidas a menores como “conduta de menor potencial ofensivo”. Humberto

mencionou os efeitos negativos do alcoolismo entre os jovens, situação que classificou como “chaga” que destrói vidas e famílias, e citou estatísticas sobre o consumo de álcool por crianças e adolescentes.

— Dos escolares das capitais, 70,5% responderam que já experimentaram bebida alcoólica pelo menos uma vez na vida. Mais da metade das meninas afirmou que bebeu pelo menos uma dose de álcool na vida — registrou.

Após 17 anos de contrato, BID faz avaliação positiva do Interlegis

A parceria cumpriu o objetivo: fortaleceu e modernizou o Legislativo brasileiro. Essa foi a conclusão do seminário realizado antea-

tem para avaliar o contrato entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Interlegis, que se encerra após 17 anos. O programa passa a ser executado só pelo Senado.

— Foi um programa que cumpriu o principal mandato do Banco Interamericano, que é cooperar para o fortalecimento institucional da democracia. Vamos disseminar esses resultados nos países em que atuamos — disse Juan Carlos de la Hoz, chefe de Operações

do BID no Brasil.

De acordo com Dino Capriolo, especialista do Setor de Modernização do Estado do BID, o Interlegis alcançou sucesso nas tarefas de estimular a comunicação entre as esferas do Legislativo, facilitar a adoção de tecnologia por Casas de menor porte e possibilitar a redução de custos.

O diretor-executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Helder Rebouças, lembrou a importância da institucionalização de iniciativas que fortalecem o Poder Legislativo:

— Um Legislativo fraco acende o sinal negativo para os cidadãos, as empresas e o mercado.

Senado apoiará campanha de doações para criança e adolescente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti, e garantiu apoio da Casa à campanha de financiamento do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente.

Lançada no último dia 11, a campanha incentiva a doa-

ção de até 3% do Imposto de Renda ao fundo, que financia projetos e instituições que atendem a população infantojuvenil no país.

— Os projetos onde serão aplicados os recursos são escolhidos pelo Conselho [Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente] e depois monitorados com transparência — explicou Ideli.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão extraordinária

11h30 Sessão deliberativa extraordinária. Às 14h, sessão deliberativa ordinária.

PRESIDÊNCIA Pastor Everaldo

11h Renan Calheiros recebe o vice-presidente do PSC, Pastor Everaldo, e comitiva. Às 11h30, preside sessão deliberativa extraordinária. Às 14h, seminário Educação, Cultura e Esporte: um caminho para a inclusão.

CRA Ministra da Agricultura

8h Audiência com a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, para apresentar as diretrizes da pasta.

CDH Direitos trabalhistas

8h30 Audiência pública debate as MPs 664 e 665/2015, que restringem benefícios trabalhistas e previdenciários.

CMA Biodiversidade

9h Colóquio internacional Biodiversidade: crises e perspectivas reúne autoridades nacionais e internacionais.

MEDIDAS PROVISÓRIAS Comissões

9h30 Instalação e eleição dos membros das comissões responsáveis pela elaboração dos relatórios das MPs 661/2014, 663/2014, 664/2014, 665/2014, 668/2015 e 670/2015.

CRE Embaixadores

10h A comissão tem reunião deliberativa para avaliação de indicações de embaixadores e leitura de requerimentos.

CE Síndrome de Down

14h Evento Educação, Cultura e Esporte: um caminho para a inclusão, relativo ao Dia Internacional da Síndrome de Down.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado reconhece TST como corte superior

Proposta de emenda à Constituição que dá ao Tribunal Superior do Trabalho o mesmo tratamento formal conferido ao Superior Tribunal de Justiça foi aprovada em Plenário e segue para a Câmara

COM 65 VOTOS favoráveis e nenhum contrário, o Senado aprovou em segundo turno ontem a proposta que garante ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) o mesmo tratamento dado pela Constituição ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A PEC 32/2010 inclui expressamente no texto da Constituição a competência do TST para impor aos órgãos judiciários a ele subordinados a autoridade de suas decisões. Também estabelece os requisitos de notável saber jurídico e reputação ilibada — exigidos

dos indicados ao STJ — entre as condições de nomeação para ministros do TST.

O líder do DEM, senador Ronaldo Caiado, afirmou que é “mais do que direito do TST ser reconhecido formalmente como Poder Judiciário”.

A PEC segue para votação na Câmara. A proposta precisa ser votada em dois turnos, em cada Casa do Congresso, e para ser aprovada deve obter três quintos dos votos dos parlamentares: 49 senadores e 308 deputados.

Ao apresentar a PEC em 2010, o então senador Valter

Pereira argumentou que, à semelhança do STJ, o TST desempenha papel de uniformizador e último intérprete da legislação infraconstitucional em sua área de atuação.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deu parecer favorável à PEC no final de 2010. O colegiado entendeu que o órgão máximo da Justiça do Trabalho precisa dessa mudança para executar adequadamente as missões da instituição, especialmente quanto à preservação do ordenamento jurídico e da jurisprudência na área.

Brasil subestima gastronomia, diz ministro do Turismo

O Brasil precisa se reapresentar ao mundo e a si mesmo, disse ontem o ministro do Turismo, Vinicius Lages, numa audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A seu ver, o país deve fazer mais promoção de seus pontos fortes e investir na associação do turismo com a gastronomia.

— O turismo deve ser vendido junto com a dimensão da nossa cultura que é a gastronomia brasileira — afirmou.

Ele citou o exemplo do Peru, que criou um festival gastronômico para promover a culinária local. O ministério busca organizar algo parecido com o festival peruano Mistura, que atrai mais de 300 mil visitantes anualmente. A ideia é “debater, pesquisar e divulgar a gastronomia brasileira”.

O ministro também sugeriu uma modificação na política de vistos, para estimular as visitas estrangeiras. Ele defendeu a simplificação e a desburocratização para obter a permissão de viagem. Visto eletrônico e isenção de pagamentos, exemplificou, são boas opções.

— É absolutamente fundamental que o Brasil reconheça que tem uma barreira comercial negativa ao exigir vistos para países que são grandes emissores de turistas.

A expansão da infraestrutura tecnológica também foi mencionada pelo ministro



Ministro Vinicius Lages fala na audiência, ao lado do senador Davi Alcolumbre

como algo que beneficiaria o setor. Além da dificuldade com rodovias, aeroportos e portos, há cidades interessantes pelo Brasil afora que deixam de ser visitadas porque não têm exposição na internet, por exemplo. O ministério tem estimulado esse banco de dados, disse.

Banda larga

A falta de banda larga afasta os viajantes e esse é, para o ministro, mais um investimento que precisa crescer. Vinicius pediu ainda um programa específico, com orçamento menos dependente de emendas parlamentares, voltado ao desenvolvimento de infraestrutura e logística turística no país. Também defendeu o fortalecimento da Embratur.

O ministro disse que os principais atrativos brasileiros são seus patrimônios naturais e culturais. Mas é difícil atrair estrangeiros, explicou, porque os parques e as reservas não

estão minimamente preparados com equipamentos e infraestrutura para receber mais fluxo turístico, como trilhas para caminhadas e centros de atendimento ao turista. A legislação engessada, que dificulta a intervenção nessas áreas, atrapalha o investimento e precisa ser revista.

Lages afirmou que a liberação dos jogos pode ser uma fonte de financiamento para o turismo. Ele mencionou Macau, na China, que liberou os jogos e obteve faturamento superior ao de Las Vegas.

O turismo representa 3,7% do produto interno bruto (PIB). Do ponto de vista dos turistas internacionais, o Brasil saiu de 4,1 milhões em 2003 para 6 milhões no ano passado.

A comissão elegeu João Alberto Souza (PMDB-MA) vice-presidente. Para o presidente, Davi Alcolumbre (DEM-AP), a experiência do senador ajudará a nortear os trabalhos da CDR.

Renan discute com ministro dívidas de times de futebol

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na terça-feira o ministro do Esporte, George Hilton, para conversar sobre a medida provisória que possibilita a renegociação das dívidas dos times de futebol. A MP

deve ser editada até amanhã. Segundo reportagem da *Folha de S.Paulo* de janeiro, os 12 maiores clubes devem à União R\$ 1,59 bilhão.

O ministro informou que os clubes beneficiados pela medida terão que dar contraparti-

das. Uma delas é a obediência a normas e regras nas áreas trabalhista e tributária.

A medida provisória, segundo George Hilton, é resultado de uma ampla discussão com os clubes de futebol e com os atletas.

Barbosa afirma que governo está sem recursos para ICMS

O governo está com “uma capacidade muito limitada” de colocar recursos na compensação aos estados pela redução das alíquotas interestaduais na reforma do Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS). O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, admitiu a dificuldade na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) anteontem.

A compensação aos estados foi proposta pelo governo na Medida Provisória (MP) 599/2012, que perdeu eficácia por não ter sido votada pelo Congresso. Barbosa lembrou que o Senado chegou perto de um acordo sobre o tema, objeto de um conjunto de propostas enviada pela presidente Dilma ao Congresso em 2013. Mas, agora, “devido à restrição fiscal”, não há recursos para repassar aos estados em desvantagem com as mudanças. Segundo ele, o Ministério da Fazenda já avisou ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

O ministro disse que o governo mantém interesse em aprovar a reforma prevista em projeto de resolução do Senado, que ainda depende de votação no Plenário (PRS

1/2013). Se não for possível avançar rapidamente, acrescentou, que se caminhe na velocidade que o Orçamento permite. Barbosa observou que mesmo a solução gradual trará benefícios, abrindo caminho para os acordos de convalidação dos incentivos questionados na Justiça.

Na avaliação do ministro, a convalidação eliminaria a incerteza jurídica que hoje paira sobre várias empresas e autoridades estaduais. Essa incerteza é expressa em uma série de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) ao considerar inconstitucional qualquer redução do ICMS concedida sem prévia aprovação em convênio no âmbito do Confaz. Como o conselho requer a unanimidade dos 27 estados, os convênios se tornaram inviáveis.

A CAE já aprovou a convalidação na forma de um substitutivo ao PLS 130/2014, apresentado pelo relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC). O texto será votado pelo Plenário e torna válido o convênio que tiver a assinatura dos representantes de dois terços dos estados e um terço das unidades federadas de cada uma das cinco regiões do país.



Senadora critica reforço financeiro previsto no Orçamento de 2015

Ana Amélia: verba para partidos mostra Congresso insensível

Ana Amélia (PP-RS) lamentou que o Congresso tenha aprovado no Orçamento de 2015 um aumento de recursos para os partidos políticos, de R\$ 279 milhões para R\$ 867 milhões.

Para ela, a decisão mostrou, no mínimo, insensibilidade do Congresso com o momento de crise econômica. Ela acrescentou que medidas como essa explicam a baixa aprovação popular do Legislativo.

— Os partidos precisam ser fortalecidos, mas é esta a hora de fazer isso? Estamos vivendo uma crise econômica sem precedentes. A presidente pede sacrifício dos trabalhadores, reduz direitos trabalhistas, pede aumento de impostos e nós reforçamos o caixa dos partidos. Isso é insensibilidade em relação ao que as ruas mostraram no domingo.



Só com ensino de qualidade país terá futuro melhor, diz senador

Eduardo Amorim condena situação da educação em Sergipe

Eduardo Amorim (PSC-SE) afirmou que somente uma educação de qualidade vai garantir um futuro melhor para o Brasil. Ele classificou como uma perversidade o que ocorre na educação no país, especialmente em seu estado, Sergipe, onde os problemas são muitos.

O senador responsabilizou o grupo que está no poder no estado há oito anos, o qual estaria assumindo, agora, em declarações públicas, que fez uma política educacional pífia, retrógrada e sem preocupação com servidores, professores e alunos.

Eduardo Amorim também falou sobre as manifestações populares no domingo, dizendo que o clamor por mudanças é necessário e legítimo.

— Deixar de lado o famoso jeitinho e o individualismo, em favor do coletivo — disse.

Dilma busca atender voz das ruas, diz Viana

Jorge Viana (PT-AC) cumpriu a presidente Dilma Rousseff pelo pacote de medidas para ampliar o combate à corrupção encaminhado ontem ao Congresso Nacional.

O senador disse que as medidas podem até ser criticadas, mas que ninguém pode deixar de reconhecer que a presidente está procurando atender os apelos das ruas pelo combate à corrupção e o fim da impunidade.

Viana também lamentou que o PMDB tenha retirado das votações da reforma política a proposta que acaba com as doações de empresas para campanhas.

— Empresa visa lucro. E não pode ficar transformando eleição em negócio. Não acredito em reforma política se nós mantivermos o financiamento empresarial das campanhas. A campanha vai estar sempre criminalizada, vai estar sempre sob suspeição — disse o parlamentar.

O senador registrou que conseguiu garantir no Orçamento de 2015 mais verba para a Fundação Nacional do Índio (Funai) fiscalizar e dar apoio aos índios que vivem isolados e que agora buscam contato com a civilização. Viana destacou que a bancada do Acre conseguiu garantir mais verba para recuperar a capital do estado, que este ano foi afetada pela maior cheia do Rio Branco.

Flexa Ribeiro apoia as manifestações

“Aquele que não luta pelo futuro que quer aceita o que vier.” A frase ostentada nas manifestações de domingo foi repetida por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) em apoio aos protestos que levaram cerca de 2 milhões de brasileiros às ruas de várias cidades do país.

O senador lembrou as manifestações e mencionou os maus resultados obtidos pelo governo na pesquisa de avaliação divulgada ontem pelo Datafolha, a qual mostra que apenas 13% consideram o governo “bom” e “ótimo”, afirmando que a insatisfação popular tem motivos.

Um desses motivos, segundo ele, estaria no corte de R\$ 7 bilhões na educação anunciado pelo governo e que resultou, entre outras coisas, na limitação de acesso ao Fies, o fundo que financia o ensino superior.

E isso apesar de o governo ter tomado posse sob o slogan “Brasil, pátria educadora”, lembrou Flexa: — Como é que pode ter esse slogan uma presidente que, ao assumir o seu governo, corta R\$ 7 bilhões da educação? Como é que pode ter esse slogan uma presidente que, ao assumir o seu governo, coloca em risco R\$ 2,6 bilhões de estudantes com financiamento do Fies, mudando as regras que foram por ela própria instituídas? — indagou o senador.

Congresso vai estudar pacote anticorrupção

Conjunto de propostas foi apresentado ontem pela presidente Dilma Rousseff em cerimônia no Palácio do Planalto. Entre elas, estão a criminalização do caixa dois nas campanhas eleitorais e o endurecimento da pena dos servidores públicos que enriquecerem ilicitamente

O CONGRESSO COMEÇOU ontem a analisar o chamado pacote anticorrupção, conjunto de medidas concebidas para aumentar a punição e inibir atos de corrupção na administração pública. Lançado pela presidente Dilma Rousseff numa cerimônia no Palácio do Planalto, o pacote reúne projetos elaborados pelo Poder Executivo e outros que já tramitam no Poder Legislativo e serão apreciados em regime de urgência.

Entre as medidas propostas pelo governo, estão a tipificação do caixa dois de campanhas eleitorais como crime e a extinção do domí-

nio de propriedade quando o bem for fruto de corrupção (confisco de bens comprados com o dinheiro ilícito).

O pacote inclui a exigência de ficha limpa para todos os cargos de confiança na administração pública e o endurecimento da pena para enriquecimento ilícito do servidor público.

Outro ponto do pacote é a tramitação mais rápida de processos relacionados a corrupção, como as ações sobre lavagem de dinheiro, peculato ou improbidade administrativa, e a agilização dos processos criminais abertos contra réus com prer-

rogativa de foro por função.

Dilma afirmou que o pacote vai ampliar a capacidade e o poder do Estado de prevenir e combater a impunidade: — As medidas fortalecem a luta contra impunidade, que é o maior fator que garante a reprodução da corrupção.

A presidente declarou que “as notícias sobre casos [de corrupção] aumentam porque eles não são mais varridos para debaixo do tapete”. Antontem, quando informado pelos ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e das Relações Institucionais, Pepe Vargas, sobre o pacote anticorrupção, o presidente

do Senado, Renan Calheiros, defendeu maior aproximação do governo com as ruas.

Regulamentação

Na solenidade, a presidente também assinou o decreto que regulamenta a Lei Anticorrupção, que entrou em vigor em janeiro de 2014. A lei pune empresas envolvidas em práticas de corrupção, com a aplicação de multas de até 20% do faturamento.

O decreto regulamenta os critérios para o cálculo da multa, as regras para a celebração dos acordos de leniência e os cadastros nacionais de empresas punidas.

A maior parte dos procedimentos está sob a responsabilidade da Controladoria-Geral da União (CGU).

Senadores prestigiaram a cerimônia, como os líderes do PT no Senado, Humberto Costa (PE), do PMDB, Eunício Oliveira (CE), e do PCdoB, Vanessa Grazziotin (AM), além do líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE). Também estiveram presentes Ângela Portela (PT-RR), Benedito de Lira (PP-AL), Fátima Bezerra (PT-RN), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Regina Sousa (PT-PI), Sandra Braga (PMDB-AM) e Telmário Mota (PDT-RR).



O ministro José Eduardo Cardozo fala na cerimônia no Planalto. Atrás dele, Luís Inácio Adams, Aloísio Mercadante, Dilma Rousseff e Valdir Simão

Senadores afirmam que mudanças na lei são necessárias

Segundo senadores, a maior parte dos projetos reunidos pelo Executivo no pacote anticorrupção já tramita no Congresso. Muitos até foram aprovados no Senado.

A única novidade são as propostas que permitem o confisco e a perda civil de bens que venham de atividade criminoso, improbidade e enriquecimento ilícito.

Mesmo assim, os senadores reconhecem que qualquer avanço no combate à corrupção é bem-vindo.

O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), citou a proposta de ampliação da Lei da Ficha Limpa, que já foi aprovada pelo Senado. O texto amplia a exigência de ficha limpa para todos os Poderes e todas as pessoas que queiram se eleger ou ocupar cargo de confiança.

— O Congresso não se sente culpado. Sente-se ativo por já ter aprovado leis duras anticorrupção.

Para a líder do PCdoB, Vanessa Grazziotin (AM), o pacote não esgota o tema, mas é um aliado para evitar casos de corrupção:

O líder do PT, Humberto Costa

(PE), explicou que, apesar de algumas das propostas já estarem no Congresso, Dilma pediu regime de urgência na tramitação, numa clara intenção de assegurar que sejam efetivamente aprovadas.

Para a oposição, o pacote é “inócuo e paliativo”. Aécio Neves (PSDB-MG) reforçou que vários projetos tramitam há muito tempo sem que o governo tenha se mobilizado. Ele informou que o PSDB apresentou na Câmara um projeto prevendo que o partido que comprovadamente tenha recebido dinheiro de corrupção seja cassado.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), também criticou: — Em que condição a presidente apresenta um pacote anticorrupção se a estrutura interna dela está contaminada?

Para o líder do PSOL, Randolfe Rodrigues (AP), as medidas precisam ser aprovadas pelo Congresso:

— Nós temos que responder. Não pode ser só uma declaração de intenções, seja do Executivo, seja do Legislativo.

Sessão debaterá financiamento

O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou para terça-feira sessão temática para debater as propostas que tratam de financiamento de campanha. Segundo ele, a medida foi tomada depois de uma “exaustiva reunião” de líderes ontem.

Renan acrescentou que será garantida a participação de todos os senadores que quiserem falar e que todos os projetos relacionados ao financiamento constarão da pauta.

— Há uma cobrança enorme da sociedade para que o Parlamento se posicione sobre isso.

Walter Pinheiro (PT-BA) disse considerar importante o debate, mas sugeriu a criação de uma comissão com representantes de cada partido para garimpar as propostas de reforma política e buscar “afinação e consenso” para votar as matérias.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) informou que Renan e o presidente da Câmara, Eduardo

Cunha, se reunirão em breve para acertar uma agenda de votações e evitar que projetos aprovados em uma Casa não avancem na outra.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), isso é importante para que os projetos se concretizem.

— Nós corremos o risco de perder o nosso tempo aqui, debatendo, aprovando e, quando chegar à Câmara, ficar na gaveta — alertou.

Renan disse que muitas matérias conseguem alcançar consenso. Pouco antes, ele havia suspenso a votação da PEC da desincompatibilização do chefe do Executivo que se candidatar à reeleição.

— Você precisa ter 49 votos em uma matéria que conflita modelos. Isso coloca uma dificuldade, mas o papel do Parlamento é construir saídas políticas.



Renan anuncia em Plenário sessão temática para terça-feira

Renan diz discordar do ajuste fiscal “como fim em si mesmo”

Por meio de nota, o presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, comentou sua participação numa reunião ontem no Palácio da Alvorada. Convidado pela presidente

Dilma Rousseff, ele ouviu explicações sobre o ajuste fiscal e reiterou sua discordância com algumas das medidas, mas assegurou que o Congresso cumprirá seu papel institucional.

A íntegra da nota

A convite da presidente da República, Dilma Rousseff, o presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, participou hoje [ontem] de uma reunião no Palácio da Alvorada.

O encontro institucional abordou temas de interesse nacional. O presidente do Senado Federal esclareceu que, apesar de, pessoalmente, ter divergências na condução política e no ajuste fiscal como um fim em si mesmo, o Congresso Nacional, institucionalmente, vai cumprir seu papel com o propósito de retomar o crescimento da economia, a confiança e a segurança jurídica, criar alternativas e aperfeiçoar a legislação.

O presidente Renan Calheiros reiterou que o Senado Federal, sensível às demandas sociais, aprovou mais de 40 projetos moralizantes após os protestos de 2013, entre eles a exigência da ficha limpa para servidores — já em vigor no Senado —, o agravamento do crime de corrupção, tornando-o hediondo, a derrubada da PEC que restringia os poderes investigativos do Ministério Público, a tipificação dos crimes de contrabando e descaminho, a responsabilização da pessoa jurídica que auferir vantagens com corrupção, a definição de organização criminosa, o fim do voto secreto para perda de mandato, a prevenção e punição do tráfico de pessoas, a eliminação da aposentadoria como pena disciplinar para juizes e promotores condenados por corrupção, a perda imediata do mandato dos parlamentares condenados por improbidade e crimes contra administração pública, o novo Código de Processo Civil, a facilitação da iniciativa popular, entre outras tantas propostas que viraram lei ou estão em tramitação.

Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado Federal

Maranhão assume CCJ citando “momento grave da vida nacional”

José Maranhão (PMDB-PB) presidirá a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no próximo biênio. Na posse ontem, ele disse que a atuação da comissão será importante para enfrentar o “momento grave da vida nacional”.

— Sei que a missão representa o maior desafio da minha vida pública, pelo momento delicado que a nação brasileira está atravessando — disse.

Os membros da CCJ o saudaram e destacaram temas prioritários. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) citou o financiamento de campanhas. Aécio Neves (PSDB-MG) e José Agripino (DEM-RN) pediram ponderação na distribuição de relatorias de projetos.



Maranhão vê “momento grave” no país

Donizeti: PSDB também foi corrupto

Donizeti Nogueira (PT-TO) criticou os meios de comunicação e políticos opositores que, segundo ele, têm atribuído os casos de corrupção na Petrobras exclusivamente aos governos do PT.

Na avaliação do senador, “não existe crise” na estatal, que continua aumentando a produção de petróleo e mantém as ações mais valorizadas do que nos governos anteriores a Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele associou a “campanha de ódio” contra a presidente Dilma Rousseff à intenção de ocultar irregularidades do PSDB no governo de São Paulo. O parlamentar deu ênfase às denúncias sobre corrupção e formação de cartel envolvendo as empresas paulistas de metrô e trens, que teriam sido “dilapidadas” pelo governo daquele estado.

Para Donizeti, a campanha contra o PT atinge todos os políticos e, em sua opinião, o povo tem protestado nas ruas por não encontrar interlocutores na classe política.

— Procuo evidenciar a tentativa de setores da oposição: na ânsia de destruir o governo da presidente Dilma, esquecem de olhar para o próprio quintal e tentam jogar para debaixo do tapete a sujeira produzida durante anos nos governos de São Paulo — afirmou o senador.

Ferraço quer votar texto sobre Petrobras

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pediu que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vote logo projeto que apresentou em outubro para suspender os efeitos do Decreto 2.745/1998, que flexibilizou o processo de compras e contratação de serviços pela Petrobras.

Ferraço explicou que a medida é necessária porque o decreto, editado para dar agilidade à empresa, liberando-a de licitações para que pudesse contratar serviços e comprar produtos de forma mais rápida, está na base do escândalo de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato.

Prova disso, segundo ele, é que, nos últimos dez anos, 99% das contratações de serviços e produtos da Petrobras foram feitas por meio de dispensa de licitação, inexistibilidade ou convite.

— Nos últimos dez anos, a Petrobras contratou 220 bilhões de reais sem passar pelo critério da concorrência pública, utilizando-se desse decreto. Esse decreto foi feito para ser usado em casos excepcionais. O que era exceção virou regra. E não tem outro caminho para o Senado que não sustar os efeitos desse decreto para que nós possamos dar a contribuição ao processo de reconstrução da nossa Petrobras — disse o senador.

Segundo Vanessa, insatisfação também atinge Parlamento

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) elogiou a presidente Dilma Rousseff por ter encaminhado ao Congresso medidas anticorrupção.

O pacote reúne propostas para inibir irregularidades na administração pública e projetos sobre o tema que já tramitam no Parlamento. Entre as medidas, estão a alienação antecipada de bens apreendidos, a criminalização do caixa dois, a criminalização da lavagem eleitoral e a exigência de ficha limpa para servidores dos Três Poderes.

A senadora reconhece que as propostas não respondem a todo o clamor da sociedade. Lembra, porém, que a insatisfação dos brasileiros também não se limita ao Executivo.

— A insatisfação da população, muito longe de alcançar o Executivo, chega ao Parlamento, que atinge os piores índices de aceitação. E nós temos que ter a humildade para entender que o Parlamento é muito maior do que cada um de nós, mas cada um de nós aqui tem que ter responsabilidade sobre ele.

Fátima Bezerra defende protestos sem intolerância

Fátima Bezerra (PT-RN) disse ontem que “ouvir a voz das ruas é dever dos Poderes constituídos”, mas ressaltou a necessidade de reagir contra a intolerância e a violência que têm sido vistas em manifestações populares desde os protestos de junho de 2013.

Como exemplo, ela citou faixas e cartazes exibidos nas ruas no domingo clamando por uma intervenção militar e pelo fim dos partidos políticos, “retirando da lata de lixo da história o fascismo”, ou proclamando “basta de Paulo Freire”.

Fátima Bezerra também vê sinais de intolerância nos principais veículos de comunicação:

— A grande mídia tratou essas expressões como sendo minoritárias e isoladas, mas não foi o que assistimos na Avenida Paulista, onde um agente do antigo Dops foi convidado a discursar como um símbolo a ser idolatrado — discursou Fátima.



Fátima Bezerra defende protestos sem intolerância

Cristovam: políticos e governo devem buscar entendimento

“Precisamos de entendimento, não apenas de diálogo”. O alerta é de Cristovam Buarque (PDT-DF), que conclamou a população a continuar se manifestando para pressionar o governo e as lideranças políticas em busca de um entendimento em favor de soluções para a crise enfrentada pelo país.

Na opinião do senador, o entendimento exige que o governo reconheça e analise os erros que cometeu e é necessário para formular uma proposta de ajuste voltada não apenas para as dificuldades do momento, mas também para médio e longo prazo.

— Esses movimentos existem pelo descontentamento com o governo e a descrença conosco, que não estamos no governo, exigindo um entendimento para cobrir o rombo dos equívocos cometidos pelo governo, mas sem perder o rumo de construção de um país — disse Cristovam.



Cristovam: políticos e governo devem buscar entendimento

Aloysio vai propor investigar secretário de Comunicação

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) anunciou que vai propor à Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCT) a convocação do secretário de Comunicação da Presidência da República, Thomas Traumann.

Ele também vai sugerir à Procuradoria-Geral da República que inicie um processo de investigação do secretário por prática de crime.

Segundo o senador, documento atribuído pela imprensa a Traumann propõe ação coordenada entre a divulgação institucional do governo e blogs. Ele destacou trecho em que se lê que “a guerrilha política precisa de munição vinda de dentro do governo, mas ser disparada por soldados de fora dele”.

— Esse documento é um sintoma grave do estágio de degradação institucional do atual governo. Quando a presidente fala em diálogo, deveria começar por demitir esse senhor Traumann — afirmou.



Aloysio vai propor investigar secretário de Comunicação

Lasier compara Lava-Jato à Operação Mãos Limpas, da Itália

Lasier Martins (PDT-RS) disse que há uma relação entre o que ocorre hoje no Brasil e a Operação Mãos Limpas, que nos anos 90 desbaratou a corrupção no sistema político italiano. O senador afirmou que a inabilidade política e a falta de entendimento da vontade popular colaboraram para a falência do modelo político italiano, atingido pela associação nefasta entre grupos criminosos, políticos e parlamentares eleitos.

Nas duas operações, disse, vê-se a omissão do sistema político, a recepção indevida de dinheiro público e o envolvimento de cartel de empresas e partidos. Elas também apontam a necessidade de depuração da política e retirada da sujeira, avaliou:

— Na Itália, o processo durou 11 anos. Esperamos que aqui não chegue a tanto e que talvez um terço desse período seja suficiente para investigação e responsabilização penal dos envolvidos.



Lasier compara Lava-Jato à Operação Mãos Limpas, da Itália

Garibaldi assume comissão e promete fiscalizar mais

Senador quer acompanhar de perto atividades do Executivo. Para isso, já foi aprovada a vinda do ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, para atender demandas e tirar dúvidas dos parlamentares

O SENADOR GARIBALDI Alves Filho (PMDB-RN) foi eleito presidente da Comissão de Infraestrutura (CI) para o biênio 2015–2016. O vice-presidente é Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Já na primeira reunião foi aprovado convite para a vinda do ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, em audiência cuja data será agendada.

Em seu primeiro pronunciamento, Garibaldi deixou claro que pretende fazer da fiscalização do Executivo um dos nortes do trabalho. O senador preocupa-se com o fato de diversas agências reguladoras estarem com diretorias vagas por falta de indicações da Presidência da República.

— Não podemos só ficar esperando estes nomes, temos que cobrar. As agências estabelecem segurança jurídica para inúmeras atividades — disse.

Cabe à Comissão de Infraestrutura realizar as sabbatinas com os nomes indicados pelo Poder Executivo, podendo aprová-los ou não.

Garibaldi citou nominalmente a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com uma diretoria vaga e outras duas que se abrirão logo; a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), hoje ocupada por três diretores interinos; e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), também com duas vagas.

O senador anunciou ainda que dará prioridade para a aprovação de projetos na área da mobilidade urbana.

— A população clama, às vezes de modo retumbante, por melhorias no transporte público, no transporte aéreo, mas também por abastecimento d'água e saneamento. Esses

serão nossos focos — afirmou.

A vinda de Eduardo Braga à comissão motivou outros senadores a já apresentarem propostas de trabalho. Rose de Freitas (PMDB-ES) quer a criação de uma subcomissão voltada apenas para a área de minas e energia, assim como uma comissão externa para visitar as obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Demandas

Wellington Fagundes (PR-MT) revelou que, durante encontro que teve anteontem com o ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, conversaram sobre a vinda do ministro à comissão. Dário Berger (PMDB-SC) acredita que a vinda do ministro será relevante para que conversem sobre o atraso em obras de estradas no interior de Santa Catarina. O requerimento será formalizado e votado já na semana que vem, de acordo com Garibaldi.

Senadores como Lasier Martins (PDT-RS), José Pimentel (PT-CE), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Telmário Mota (PDT-RR) defenderam esclarecimentos sobre os investimentos em obras como a do PAC 3, que deve ser anunciado até junho.

— O investimento em infraestrutura é que sinaliza para o setor privado que o país está andando — destacou Telmário.



Lobão, entre Maria do Carmo Alves e João Alberto, fala após eleição na CAS

Edison Lobão é eleito presidente de colegiado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado fez ontem a primeira reunião do ano. Edison Lobão (PMDB-MA) vai comandar o colegiado até o fim de 2016. A vice-presidente será Maria do Carmo Alves (DEM-SE). Ambos foram eleitos por aclamação.

Na próxima semana, Lobão deverá submeter a análise pedido de Paulo Paim (PT-RS) de convite ao ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, para debater as MPs 664 e 665, de 2014, que tornam mais rigorosas as concessões de benefícios sociais.

— Há uma preocupação grande com essas propostas e elas tocam diretamente na questão social. Sou daqueles que acreditam que o governo vai negociar com o Congresso. As MPs não passarão como estão — disse Paim, orientado por Lobão a apresentar requerimento formal do convite.

Paulo Rocha (PT-PA) chamou a atenção para temas trabalhistas. Acidentes de trabalho e mão de obra em situação análoga à escravidão

são dois pontos que preocupam o parlamentar:

— Vamos propor uma subcomissão para provocar debates sobre assuntos tão importantes — disse.

Já Dário Berger (PMDB-SC) pediu apoio da presidência para que a comissão trabalhe em prol da saúde.

— As pessoas querem viver mais e melhor. Saúde não pode esperar. Temos que cobrar da União recursos e gestão para atendimento de qualidade aos brasileiros.

Regimento

Após assumir a presidência, Lobão lembrou a importância da comissão, responsável por assuntos que atingem diretamente a vida do cidadão.

— As comissões técnicas são exatamente aquelas que estudam os projetos, dão andamento às propostas e aperfeiçoam as matérias para que possam chegar ao Plenário. Vamos agir para que essas tarefas sejam cumpridas da melhor forma possível e conforme o Regimento Interno — afirmou.



Garibaldi (C) assume Comissão de Infraestrutura e Ferraço (E) é eleito vice

Telmário Mota alerta para estado de emergência em Roraima por estiagem

Telmário Mota (PDT-RR) disse que a estiagem que atinge Roraima levou o governo a decretar estado de emergência em Iracema, Mucajá, Amajari e Alto Alegre.

Com a publicação da portaria, os municípios já poderão solicitar recursos do governo.



O senador disse que a seca vem eliminando açudes, destruindo criatórios de peixes e

prejudicando o abastecimento da população. Ele agradeceu o secretário nacional de Proteção e Defesa Civil pela celeridade no atendimento ao pedido que fez.

Crivella parabeniza governo federal por nova concessão da Ponte Rio-Niterói

Marcelo Crivella (PRB-RJ) saudou o leilão para concessão da Ponte Rio-Niterói, feito ontem, ressaltando que a empresa vencedora, Ecorodovias, já garantiu que o pedágio vai ficar mais barato.

Crivella lembrou que hoje o pedágio na ponte é de R\$ 5,20 e já havia um



reajuste previsto para agosto. A nova concessionária, no entanto, anunciou que, a partir de junho, o preço vai cair para R\$ 3,70.

— Quero parabenizar a presidente da República pelo leilão de hoje da Ponte Rio-Niterói — disse o senador.

Valadares propõe reduzir prazo para que preso em flagrante seja levado a juiz

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu a aprovação de projeto dele determinando que o preso em flagrante seja apresentada ao juiz em 24 horas. O senador considera “um absurdo” que um preso leve meses para se encontrar com o juiz pela primeira vez.



— Na Argentina, por exemplo, o prazo é de apenas seis horas após a prisão — disse.

Segundo Valadares, a criação da audiência de custódia, que ele propõe, pode acelerar o exame da necessidade da prisão e até combater a superlotação carcerária.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretor de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia

Coordenação de Edição: Sílvio Burtle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Dois ferramentas disponíveis no site do sindicato da categoria oferecem estudos técnicos para subsidiar parlamentares e a sociedade

Projeto de auditores fiscais auxilia trabalho legislativo do Congresso

AUDITORES FISCAIS DA Receita Federal do Brasil participaram, ontem, de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para divulgar o Canal de Atendimento ao Parlamentar (CAP) e o seu sistema de apoio, o Centro de Estudos Tributários, Aduaneiros e Previdenciários (Cetap).

Lançado em 2011 pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), o CAP e o Cetap buscam aproximar os auditores fiscais do Legislativo e da sociedade.

O diretor-adjunto de Assuntos Parlamentares do Sindifisco Nacional, José Castello Branco Bessa Filho, explicou que, além de oferecer estudos técnicos aos parlamentares sobre as áreas tributárias, aduaneiras e previdenciárias, o CAP também permitirá que congressistas e assessores solicitem novos estudos em temas de interesse.

Castello Branco explicou que o Cetap é a unidade do Sindifisco Nacional responsável pela produção regular de estudos e pela resposta às demandas recebidas por meio de seus canais de atendimento. Já o



Paim (2º à esq.), entre os dirigentes do Sindifisco: projeto é exemplo de transparência e fortalecimento da democracia

CAP é um canal qualificado de comunicação com os representantes da sociedade no Congresso Nacional.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), destacou que o projeto promove auxílio direto aos trabalhos legislativos, sendo um exemplo de transparência e fortalecimento da democracia.

— O CAP deve colaborar para maior qualidade do processo legislativo e das discussões da conjuntura desta Casa. Nós, da comissão, aplaudimos a iniciativa do Sindifisco de perceber a necessidade de um sistema eficiente para geração de informação para a construção legislativa — disse o senador.

Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ressaltou a importância do CAP no auxílio de assessores e parlamentares, já que os estudos referem-se a temas relevantes e, muitas vezes, de difícil compreensão.

O gerente de Estudos Técnicos do Sindifisco, Álvaro Luchiezi Júnior, explicou que o canal de atendimento e o centro de estudos estarão abrigados no site do Cetap, onde parlamentares e assessores cadastrados terão acesso a toda a produção intelectual do sindicato. O portal também disponibiliza formulário on-line para o envio de demandas de senadores e deputados.

O presidente do Sindifisco

Nacional, Cláudio Márcio Oliveira Damasceno, citou pesquisas e estudos relevantes feitos pelos auditores, entre eles análise relacionada ao PL 6.094/2013, que muda a regra para a correção da tabela do Imposto de Renda. Segundo ele, o Sindifisco tem sido bastante demandado para esclarecer o que está por trás da não correção da tabela do IR.

Damasceno disse que o sindicato realizou estudos sobre os riscos das desonerações tributárias e agora está divulgando ao Congresso nota técnica em relação à redução do acesso aos benefícios previdenciários e trabalhistas, previstos nas MPs 664 e 665, de 2014.

Senadores debaterão trabalho escravo e acidentes de trânsito

Dez audiências públicas serão realizadas pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) nas próximas semanas. Os requerimentos, em grande parte de autoria do presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), foram aprovados ontem. A maioria das audiências ainda não tem data marcada.

Um dos debates tratará das políticas públicas para as pessoas autistas, evento motivado pela celebração do Dia Mundial do Autismo (2 de abril). O senador recordou, durante a votação, que a Lei dos Autistas (Lei 12.764/2012) começou a tramitar no Congresso Nacional justamente pela CDH.

Dois requerimentos diziam respeito a temas de interesse dos idosos. Um deles refere-se a um debate sobre o Estatuto do Idoso, enquanto o outro propõe a realização de uma audiência pública em 1º de outubro, em homenagem ao Dia Nacional e Internacional do Idoso.

Em relação aos demais temas de debate aprovados, destacam-se a discussão da saúde

na ótica dos direitos humanos, com a presença do ministro da Saúde, Arthur Chioro; a manutenção de direitos previdenciários dos servidores públicos, como integralidade e paridade na aposentadoria; a incidência de mortes por acidentes de trânsito; o combate ao trabalho escravo; e o pedido de guarda da menina Amy Galvin pela mãe, a brasileira Karla Janine Martins de Albuquerque, que acusa o pai de Amy, o americano Joseph Galvin, de abuso sexual.

A CDH aprovou ainda dois requerimentos de debate extrapauta. O primeiro prevê a realização de uma audiência na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul sobre a cobrança de responsabilidades relativas ao incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS), ocorrido há dois anos, que matou quase 250 pessoas. O segundo trata de acompanhar os desdobramentos da Comissão Nacional da Verdade, que entregou o relatório final das atividades em dezembro.

Comissão também fará audiências sobre problemas enfrentados por autistas e idosos

Capiberibe reassume e mantém compromisso com minorias

João Capiberibe (PSB-AP) assumiu novo mandato como vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ontem, lançando um desafio para o colegiado: responder a ataques aos direitos das minorias. Sua recondução ao posto — ocupado entre os anos de 2013 e 2014 — foi feita por aclamação.

— A CDH vai ter essa missão de debater, esclarecer e garantir os direitos das minorias que vivem em situação muito dramática. Queremos um país que tenha mais cordialidade e aceite a convivência com as diferenças — afirmou, observando, nos setores mais conservadores da sociedade, um recrudescimento das críticas aos costumes sociais.

Após reconhecer um viés preconceituoso na fundação da sociedade brasileira, Capiberibe considerou interessante — para o bem ou para o mal — o maior acesso ao pensamento das pessoas possibilitado pelas redes sociais.

— Ali elas descarregam, inclusive, a sua carga preconceituosa — constatou.

A dobradinha de Capiberi-

be com Paulo Paim (PT-RS), que preside a comissão pela terceira vez, foi elogiada por diversos senadores. Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a trajetória de ambos na vida pública se identifica com a história dos direitos humanos no país.

— Nossa comissão não poderia ter representação melhor. Ela é a alma de qualquer Parlamento junto a todos os direitos inerentes à pessoa humana — declarou Randolfe.

Regina Sousa (PT-PI), Hélio José (PSD-DF) e Dário Berger (PMDB-SC) também saudaram a escolha de Capiberibe.



Comissão de Direitos Humanos reconduz Capiberibe à vice-presidência

Audiência interativa sobre direitos dos trabalhadores hoje

A CDH realiza hoje, às 8h30, uma audiência pública interativa destinada a debater as Medidas Provisórias 664/2014 e 665/2014. Os projetos foram enviados ao Congresso pelo governo federal e afetam direitos previdenciários e trabalhistas.

A audiência foi requerida pelo presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), após solicitação de sindicatos e federações de trabalhadores preocupados com as consequências das medidas. Os sindicatos alegam não terem sido ouvidos para a elaboração dos textos.

A audiência será a segunda promovida pela comissão a respeito do tema. O encontro será realizado na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, no Anexo 2 do Senado.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 8h30

- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/audienciainterativa>
- ▶ **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- ▶ **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

Volta ao Senado regulamentação de direitos das domésticas

O projeto que regulamenta os direitos trabalhistas assegurados aos empregados domésticos pela Emenda Constitucional 72 voltará ao Senado. A Câmara aprovou na terça-feira o substitutivo da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) com diversas mudanças no texto aprovado pelos senadores em 2013.

No Twitter, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator da proposta na época, disse que o projeto (PLS 224/2013) terá prioridade na Casa.

Com a promulgação da Emenda 72, os empregados domésticos passaram a ter jornada máxima de 8 horas diárias e 44 semanais. Em abril, a proposta completará dois anos, mas a maioria dos direitos ainda precisa de regulamentação.

Entre as alterações feitas, está a remuneração obrigatória do período de sobreaviso — o tempo de repouso passado no local de trabalho. A hora de sobreaviso é remunerada com um terço da hora normal. No caso de viagem, por outro lado, a hora trabalhada é acrescida de 25%. As horas extras também foram fixadas no limite de duas por dia.

Debate organizado por três comissões ouve 15 especialistas, que divergem sobre vantagens e desvantagens da proposta de regularização para o setor que tramita no Senado

Visões conflitantes sobre Lei da Biodiversidade

QUINZE ESPECIALISTAS E líderes sociais apresentaram a senadores de três comissões permanentes, em audiência pública ontem, diferentes pontos de vista sobre o PLC 2/2015, que estabelece o novo Marco Legal da Biodiversidade.

De um lado, os chamados usuários dos recursos genéticos — indústrias, agronegócio e institutos de pesquisa — veem vantagens da nova lei para alavancar a exploração econômica.

De outro, os detentores do conhecimento tradicional sobre animais e plantas nativas — povos indígenas, quilombolas, extrativistas e agricultores familiares — apontam quebra de direitos e riscos à proteção dos recursos naturais.

Comum a todos, apenas a crítica à legislação em vigor (MP 2.186/2001), considerada excessivamente burocrática

e responsável por colocar na ilegalidade um grande número de pesquisadores e instituições que fazem bioprospecção e por dificultar a repartição de benefícios com comunidades tradicionais.

O impacto do novo Marco Legal da Biodiversidade sobre povos indígenas e comunidades tradicionais foi destacado ao longo de todo o debate, não apenas por serem provedores de conhecimentos associados ao patrimônio genético, mas também por terem grande participação na domesticação de espécies hoje usadas na alimentação e na agricultura.

Críticas

Maira Smith, da Fundação Nacional do Índio (Funai), criticou a falta de diálogo com entidades indígenas na elaboração do novo marco legal, mas reconheceu o esforço do governo federal, após o envio



Adriana Diaféria, do Grupo FarmaBrasil, fala sobre segurança jurídica do projeto, ao lado do senador Otto Alencar (D)

do texto ao Congresso, de buscar o diálogo e incorporar aspectos relevantes aos povos tradicionais. Como avanço do projeto, ela apontou o tratamento de patrimônio genético como propriedade da União, e não do proprietário da área onde foi feito o acesso,

como está na lei em vigor.

No mesmo sentido, Cláudia Pinho, representante da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, leu carta na qual 86 entidades que representam indígenas, agricultores familiares e comu-

nidades tradicionais pedem mudanças no projeto.

As críticas foram endossadas por Sônia Guajajara, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), e Edell Tenório, vice-presidente do Conselho Nacional de Extrativistas.

Maurício Guetta, do Instituto Socioambiental, Marciano Toledo, do Movimento dos Pequenos Agricultores, e Denildo Rodrigues de Moraes, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, também apontaram problemas no projeto, como a dispensa de controle e fiscalização do acesso ao patrimônio genético e o perdão de dívidas para quem descumpriu a lei.

Setor empresarial e pesquisadores defendem aprovação

No debate conjunto nas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), representantes do setor empresarial e instituições de pesquisa defenderam a aprovação do projeto de lei.

Para Rosa Míriam de Vasconcelos, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agrope-

cuária (Embrapa), a nova lei representará maior agilidade na concessão de autorizações para realizar pesquisas, a partir da adoção de cadastro que servirá como autorização aos estudos. Na opinião de Adriana Diaféria, vice-presidente do Grupo FarmaBrasil, o texto reflete o consenso possível e oferece a segurança jurídica que o setor empresarial reivindica.

Elisa Dezolt, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), destacou o potencial

da biodiversidade brasileira para geração de benefícios para todo o país. Ela elogiou a possibilidade de repartição de benefícios e de criação de empregos.

Nilson Gabas Júnior, diretor do Museu Emílio Goeldi, sugeriu ajustes no projeto. Entre eles, a inclusão de obrigatoriedade de associação entre empresa estrangeira e centro de pesquisa brasileiro como condição para a primeira acessar os recursos genéticos.

Jorge Viana prioriza ouvir comunidades

Relator do projeto na CMA, Jorge Viana (PT-AC) afirmou que dará prioridade a ouvir os povos indígenas e comunidades tradicionais em seu gabinete a respeito dos pontos polêmicos da proposta.

— Nós não temos o poder de tirar a urgência do projeto. Mas nós podemos, encontrando questões que são relevantes, lutar por elas, aprovar no Plenário e voltar para a Câmara. Isso não anula as críticas feitas à condução do processo — afirmou o senador.

Uma das expositoras, Sônia Guajajara, da Apib, disse sentir-se lesada e usada por estar no debate, que seria apenas “pró-forma” para ouvi-los, já que a aprovação do projeto já estaria acordada. No entanto, Viana afirmou que não tem uma visão preconcebida do projeto e que está partindo do pressuposto de que ainda tem tempo para fazer melhorias.

— Não é uma matéria simples. É muito complexa, aliás. Eu não estou passando a mão no nosso empresariado, na visão mercantilista de apropriação do conhecimento. Agora, eu quero que nós tenhamos o desenvolvimento sustentável



Senadores Jorge Viana e Acir Gurgacz, relatores do projeto na CMA e na CRA

sendo trabalhado na Amazônia — afirmou Viana.

O senador Otto Alencar (PSD-BA) reafirmou sua convicção de que as sugestões apresentadas serão consideradas pelos relatores da matéria nas comissões permanentes do Senado.

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ter dúvidas se não há um “viés economicista” no projeto a fim de que a economia não quebre mais adiante. O senador disse esperar que os relatórios conceituem o que é riqueza, se é a biodiversidade como matéria-prima para ser transformada ou se é a biodiversidade como patrimônio cultural.

Enviado pelo Poder Executi-

vo, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 2/2015 foi aprovado na Câmara dos Deputados em fevereiro deste ano e, em seguida, chegou ao Senado em regime de urgência.

A proposta facilita o acesso ao patrimônio genético e a conhecimentos tradicionais da biodiversidade e dá agilidade à aprovação de pesquisas, mas apresenta pontos polêmicos ligados à repartição de benefícios dos produtos originados desses recursos e a outros temas.

Representantes de povos indígenas, quilombolas, extrativistas e agricultores familiares pediram que seja retirada a urgência na tramitação do PLC 2/2015.

Pressionados pelos prazos, senadores cancelam novo debate

Os senadores da CMA, da CRA e da CCT decidiram cancelar audiência pública marcada para terça-feira, quando novamente seriam debatidos os pontos polêmicos do PLC 2/2015.

O pedido foi feito por Acir Gurgacz (PDT-RO), relator da proposta na CRA, para quem “é difícil aprovar um projeto perfeito”. O senador argumentou que o prazo para

aprovação nas comissões acaba neste sábado.

Jorge Viana, relator na CMA, afirmou que há consenso sobre o problema da legislação atual e que prefere utilizar o pouco tempo para ouvir os diversos setores e fazer o melhor juízo dos temas polêmicos.

O senador Telmário Mota (PDT-RR) também concordou com o cancelamento da audiência.

Comissão faz hoje colóquio internacional sobre o tema

A CMA promove hoje, a partir das 9h, o colóquio internacional Biodiversidade: crise e perspectivas. Otto Alencar, autor do requerimento, diz que o objetivo é reunir especialistas para debater desafios na área, sobretudo em pontos em que a atuação parlamentar seja necessária para fortalecer a legislação ou aprovar novas leis.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin estão entre os convidados. Do exterior, são esperados Jonathan Hughes, do Scottish Wil-

dlife Trust, o conselheiro sobre política do clima do Paquistão Malik Amin Aslam Khan e a conselheira do Ministério do Ambiente da Finlândia, Marina von Weissenberg, entre outros.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

► **Portal e-Cidadania:**
www.senado.leg.br/ecidadania

► **Tempo real:**
http://bit.ly/audienciainterativa

► **Facebook:** senadofederal

► **Twitter:** @agencia_senado

► **TV:** www.senado.leg.br/TV

► **Alô Senado:** 0800 612211

► **Taquigrafia:**
http://bit.ly/comissaoMeioAmbiente